

**ANDREAS J. KRELL**

*Doutor em Direito pela Freie Universität Berlin  
Professor de Direito Ambiental e Constitucional  
da UFAL e da UFPE (Mestrado/Doutorado)  
Pesquisador bolsista do CNPq*

**DIREITOS SOCIAIS E  
CONTROLE JUDICIAL NO  
BRASIL E NA ALEMANHA  
OS (DES)CAMINHOS DE UM DIREITO  
CONSTITUCIONAL “COMPARADO”**

**Sergio Antonio Fabris Editor**  
Porto Alegre / 2002

© *Andreas Joachim Krell*

Editoração Eletrônica: *Formato Artes Gráficas*  
Rua Itapema, 299 – Cachoeirinha – RS  
Fone (0xx51) 441-2898  
CNPJ: 73.390.007/0001-30

626438

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a  
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR  
Rua Riachuelo, 1238 – Centro  
Fones (0xx51) 3227-5435 – 08000-516118  
CEP 90010-273 – Porto Alegre – RS



Rua Santo Amaro, 345 – Bela Vista  
Fones (0xx11) 3101-5383/3101-7039 – 0800-7712421  
CEP 01315-001 – São Paulo – SP

## ÍNDICE

Prefácio.....	13
1. Introdução.....	17
2. Os direitos sociais como Direitos Fundamentais .....	19
3. Normas programáticas sobre direitos sociais: mero “simbolismo”? .....	25
4. Falhas na prestação real dos serviços públicos básicos .....	31
5. Eficácia dos direitos sociais – Aplicabilidade imediata dos Direitos Fundamentais Sociais? .....	37
6. A doutrina alemã dos Direitos Fundamentais e sua recepção no Brasil .....	41
7. A não-inclusão de direitos sociais na Lei Fundamental de Bonn: soluções da doutrina alemã .....	45
8. A falácia da “reserva do possível”: fruto de um Direito Constitucional Comparado equivocado.....	51
9. O “padrão mínimo social“ para uma existência digna: garantia efetiva para os indigentes? .....	59

10. Está “viva” a Constituição Dirigente? .....	67
11. A tradição do “formalismo” no Poder Judiciário brasileiro ..	71
12. Necessidade de uma interpretação constitucional material A Constituição como “ordem de valores” .....	77
13. Evolução na compreensão da teoria da Separação dos Poderes no Brasil .....	85
14. Nova função do Poder Judiciário no Estado Social de Direito – Juízes “politizados”? .....	93
15. Controle judicial das políticas públicas e dos orçamentos estatais .....	99
16. A Ação Civil Pública como meio de controle da efetivação dos direitos sociais .....	103
17. Conclusões e Perspectivas .....	107
Bibliografia .....	111